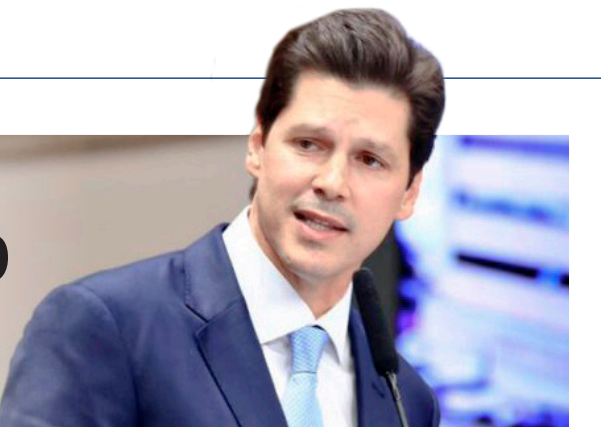
Gestão

Daniel prepara reforma para dar nova configuração ao governo



Reestruturação prevê criação de secretarias, mudanças no primeiro escalão e fortalecimento da Casa Civil. Governador busca definir uma equipe própria para o próximo mandato.

Página 7

TRIBUNA DO PLANALTO

40 ANOS
Informação que conecta gerações

Ano 40 • Nº 1.870 • R$ 2
Goiânia, de 08 a 14 de novembro de 2026



Entrevista

Issy Quinan
Deputado estadual (MDB)

Disputa pela Alego passa por articulação e apoio da base de Daniel

Candidato a presidente da casa defende nome de consenso, reconhece legitimidade de outros postulantes e diz que escolha do próximo presidente cabe aos deputados.

Páginas 4 e 5

Saúde

HGG chega a 1,5 mil transplantes e amplia atendimento especializado

Maior centro transplantador do Centro-Oeste, hospital realiza procedimentos pelo SUS e anuncia credenciamento de novas equipes para transplantes de fígado e rins.

Página 8

Eleições 2026

Goiânia se prepara para disputa entre Mabel, PL e esquerda

Vitória de Daniel Vilela fortalece o grupo governista e favorece o projeto de reeleição do prefeito. Divisões no PL e desempenho de Marconi Perillo nas urnas também devem influenciar a formação do cenário eleitoral.

Página 9

Herivelto Nunes

Série A impõe abismo financeiro aos clubes goianos

Com receitas muito inferiores às dos gigantes do futebol brasileiro, Vila Nova, Goiás e Atlético terão de superar a desigualdade orçamentária para competir na elite nacional.

Página 12

ESCOLA

Educação cobra resultados no novo mandato de Lula

Continuidade de programas abre caminho para avanços, mas financiamento, formação de professores e redução das desigualdades desafiam o governo de 2027 a 2030.

Página 11



Goiânia

Defesa Civil intensifica monitoramento de áreas de risco

Equipes municipais e estaduais atuam na prevenção de ocorrências, como alagamentos, quedas de árvores e interrupções no fornecimento de energia elétrica durante tempestades.

Página 10

Editorial

Uma força que atravessa fronteiras

As eleições de meio de mandato nos Estados Unidos deixaram um recado que ultrapassa a disputa entre democratas e republicanos: o eleitor pode impor limites ao poder quando percebe que suas preocupações não estão sendo ouvidas. Os democratas conquistaram maioria na Câmara e no Senado, em uma derrota expressiva para o partido do presidente Donald Trump. Entre os eleitos, houve espaço para candidaturas progressistas, embora o resultado também tenha fortalecido nomes moderados.

O Brasil oferece um paralelo interessante. Em outubro, Lula foi reeleito para um quarto mandato, mesmo com a força da direita nas disputas estaduais e legislativas. A escolha brasileira não apagou as contradições do país: a população dividiu seu voto entre projetos diferentes para o Executivo e o Congresso. Ainda assim, mostrou que uma candidatura progressista pode vencer mesmo diante de uma oposição conservadora robusta.

Nos Estados Unidos, sete brasileiros foram eleitos ou reeleitos para cargos legislativos, todos pelo Partido Democrata. São trajetórias que levam ao debate público experiências de imigração, pertencimento e representação. Não se deve confundir identidade brasileira com posição política, nem atribuir a essas vitórias uma influência direta do Brasil. Mas é significativo que pessoas com raízes brasileiras conquistem espaço em um momento de disputa sobre quem participa da vida política e quem é representado por ela.

Há também uma ironia neste ciclo eleitoral. Antes das eleições brasileiras, muitos temiam que plataformas digitais e interesses do governo dos Estados Unidos pudessem interferir no debate nacional. Agora, a experiência recente do Brasil — com eleições polarizadas, pressão sobre instituições e mobilização nas redes — pode servir de referência para cidadãos americanos que enfrentam tensões semelhantes. Referência não significa influência comprovada: significa que democracias observam umas às outras e aprendem, inclusive com seus erros.

O resultado das urnas não resolve os conflitos nem garante que as promessas serão cumpridas. A vitória progressista precisa se traduzir em respostas concretas sobre custo de vida, direitos e serviços públicos. Mas as duas eleições lembram que o eleitorado não é imutável. Quando a população se organiza e encontra representantes capazes de traduzir suas demandas, o rumo político pode mudar — no Brasil, nos Estados Unidos e além.

Artigo

Maioridade penal: a pergunta errada

A redução da maioridade penal voltou ao centro da política este ano. Em junho, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou, por 44 votos a 18, a proposta que baixa de 18 para 16 anos a idade a partir da qual alguém responde como adulto. Em agosto, foi instalada a comissão especial que analisa o texto. Para valer, a mudança ainda precisa de três quintos dos votos, em dois turnos, na Câmara e no Senado.

A indignação que move esse debate é legítima. Ninguém aceita ver uma família destruída e ouvir que o autor "não vai pagar por nada". Só que essa frase não corresponde à lei.

No Brasil, o adolescente responde por seus atos a partir dos 12 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê medidas que vão da advertência à internação, que é a perda da liberdade em unidade própria para jovens, por até três anos, com liberação obrigatória aos 21. O que a Constituição impede é que ele seja julgado como adulto e mandado ao presídio comum.

A comparação com outros países costuma ser feita pela metade. Alemanha e Espanha começam a responsabilizar jovens aos 14 anos (mais tarde do que no Brasil) e sempre numa justiça juvenil especializada. Na Alemanha, o juiz pode aplicar a lei juvenil a jovens de até 20 anos, conforme a maturidade. A Argentina baixou a idade de 16 para 14 anos em fevereiro, mas criou um sistema separado para essa faixa, com a prisão como último recurso. Nenhum desses modelos põe um garoto de 16 anos na cela de um adulto.

Esse é o centro da minha preocupação. Das cerca de 960 mil pessoas que cumprem pena no Brasil, mais de 720 mil estão atrás das grades, em unidades superlotadas onde as facções recrutam com facilidade, oferecendo proteção em troca de lealdade. O jovem que entra por um roubo pode sair como soldado do crime organizado, com a vida inteira pela frente.

Isso não quer dizer que o sistema atual funcione bem. Muitas unidades de internação estão lotadas, sem escola de verdade e sem acompanhamento depois da saída. Há casos de crueldade extrema em que três anos parecem pouco, e esse ponto merece debate sério, inclusive sobre prazos maiores para crimes gravíssimos. O caminho, porém, passa por fazer o ECA funcionar: internação que eduque, oficina que prepare para o trabalho, família por perto.

A pergunta que deveria nos ocupar é outra: o que fazer para que um menino de 16 anos não chegue aos 25 com uma ficha criminal extensa? A resposta está mais perto da escola e da família do que do presídio.



Eder Ricardo Fior,
advogado criminalista e autor do livro "Luz nas Grades: bandido bom é bandido recuperado

Artigo

Brotou da terra, nossa extrema desigualdade

Terra, água, fogo e ar são os quatro elementos clássicos do suporte da vida. Como na música de Jorge Ben Jor, em um país "tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza", nenhum desses elementos deveria faltar a seus habitantes. No entanto, não é isto que a realidade nos mostra.

Foquemos no elemento terra: planícies, matas e chapadões a perder de vista. Seis biomas riquíssimos nas extensões continentais. Cada qual com sua especificidade e vocação econômica. Todos pródigos no acolhimento à vida. Mas a ocupação da terra sempre foi gerida por uma elite sovina, reservando-a para si, para a parentela e seus chegados.

Sua distribuição começou com as Capitanias Hereditárias, com terras de graça aos apaniguados do rei de Portugal. As capitanias, ou a natureza nelas, foram sendo desdobradas em sesmarias, latifúndios e fazendões escravagistas. Esse modelo perverso prevaleceu por quase 400 anos. Durante sua vigência, a terra era teoricamente de graça. Mas só para quem pudesse adquirir escravizados e produzir, preferencialmente, commodities de exportação, para alimentar a Europa, no modelo colonial que ficou conhecido como Plantation.

Em contrapartida à abolição da escravatura, em 1888, houve o aprisionamento da terra. Os ex-escravizados e o povo, de um modo geral, detinham a força do próprio trabalho para o cultivo, mas não dispunham dos recursos necessários para comprar a terra. Os recém-libertos tornaram-se mão de obra precária, numa condição de vida, às vezes, até pior do que antes.

Da Lei Áurea até nossos dias, a terra continuou nas mãos dos latifundiários, e os trabalhadores sem-terra, a não ser uns poucos atendidos ultimamente pela timidez da reforma agrária, continuam carentes de uma nesga de terra para viver.

Nos anos 60 do século passado, eu me lembro, meus pais eram trabalhadores em fazendas, como "agregados" – os sem-terra de então. Derrubava-se um talhão de mata, plantava-se o alimento de subsistência, dividia-se a produção com o proprietário e, no terceiro ano de cultivo, já se semeava também o capim para a formação de pastagem. E partia-se imediatamente para a preparação de outra gleba. Não havia vínculos de emprego nem qualquer obrigação do fazendeiro para com o trabalhador. Mas o trabalhador era convocado, com frequência, para atender às necessidades laborais do fazendeiro.

Com a fundação de Brasília, a Marcha para o Oeste, a abertura de estradas, a entrada das máquinas e a expansão do capital via financiamentos para o que veio a ser conhecido como "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo", houve uma expulsão repentina daqueles "agregados". Eu tinha dez anos e foi a primeira vez que vi meu pai chorar. O fazendeiro, apoiado pelo capataz de revólver na cinta, deu 15 dias para a gente "desinfetar" as terras dele. Assim como nós, milhares de famílias foram desalojadas, num movimento social que ficou conhecido como "êxodo rural". Sem aviso prévio, sem preparo algum, fomos jogados nas periferias das cidades, num ambiente hostil, conflagrado pela miséria e pelo descaso.

A pergunta que não quer calar: até quando esse elemento natural e tão farto, que é a terra, continuará sendo escasso para quem deveria de fato ter a primazia para cultivá-lo?



Edival Lourenço,
escritor, advogado, vencedor do Prêmio Jabuti de 2012 e autor do livro "Um Palmo Ou Dois Acima do Chão", uma autoficção que conta a jornada de um garoto do interior de Goiás e sua luta para aprender a ler

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais
Tribunadoplanalto
@Tribunaplanalto

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516

Fundado em 7 de julho de 1986. Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

O veto que ficou na mesa

Cinco vereadores compareceram à reunião da Comissão de Constituição e Justiça de Goiânia na última quarta-feira (4). O quórum era de oito. Entre as 23 matérias que ficaram pelo caminho estava o veto do prefeito Sandro Mabel ao projeto que revoga a taxa do lixo. Quando a comissão voltar ao assunto, a primeira conta será de presença. Só depois virá a de votos.

R$ 5,4 milhões por vereador

O calendário do Orçamento de Goiânia reservou até sexta-feira (6) para a apresentação das emendas impositivas. Cada vereador pôde indicar cerca de R$ 5,4 milhões. O relator, Ronilson Reis (Solidariedade), tem previsão de entregar o parecer no dia 16.

Três cargos de fora

O presidente da Câmara de Goiânia, Romário Policarpo (Cidadania), homologou o concurso do Legislativo, mas três cargos ficaram de fora. O Tribunal de Contas dos Municípios mantém a suspensão cautelar dessas vagas enquanto apura possíveis irregularidades e conflitos de interesse. Para os aprovados nessas três funções, a decisão que interessa agora virá do tribunal.

A aposta de Leandro no ITBI

Em Aparecida, o prefeito Leandro Vilela (MDB) pediu à Câmara mais prazo para cobrar 1,5% de ITBI, em vez dos 2,5% habituais.
A proposta motivou a convocação de uma sessão extraordinária para sexta-feira (6), dia em que terminava o benefício. A prefeitura sustentou que o desconto estimularia a regularização de imóveis. Encerrado o primeiro mês, já pode mostrar quantas transferências ocorreram e quanto entrou no caixa.

Camila tem a quem cobrar

Única mulher na Câmara de Aparecida e procuradora da Mulher na Casa, a vereadora Camila Rosa (União Brasil) acompanhou a sanção da política municipal de enfrentamento à violência doméstica. No mesmo ato, tomaram posse os integrantes do Conselho Municipal da Mulher. A aprovação foi unânime.

O recado de Trindade

"Para mim, o próximo prefeito de Trindade já tem nome e número: é 15 e o nome é Jânio Darrot", disse o deputado estadual Dr. George Morais (MDB) a este colunista. A declaração põe o prefeito Marden Júnior (União Brasil) diante de uma escolha incômoda. Foi com apoio de Jânio que Marden chegou à prefeitura. Agora, George, adversário de Marden em 2024, quer que ele devolva o gesto em 2028.

Planaltina entra na conta

O empresário Gustavo da Popular (Republicanos) saiu de sua primeira eleição para deputado estadual disposto a disputar a Prefeitura de Planaltina de Goiás em 2028. Em entrevista a este colunista, avaliou que a votação superou o que esperava de uma campanha com pouca estrutura. O próximo passo depende também do Republicanos. Uma coisa é o partido abrir vaga na chapa proporcional. Outra é entregar a um estreante sua candidatura a prefeito. Por isso, não descarta conversar com outros partidos.

Issy Quinan reúne maioria e muda a disputa pelo comando da Alego



A disputa pela presidência da Assembleia Legislativa de Goiás mudou de pergunta. Até a semana passada, os deputados tentavam saber quem teria mais força para suceder Bruno Peixoto (União Brasil). Agora, quem ainda pretende concorrer precisa explicar de onde virão os votos para derrotar Issy Quinan (MDB). A lista que circula nos bastidores reúne 21 apoiadores de 11 partidos. Com o próprio voto, o primeiro vice-presidente da Alego chega a 22 nomes numa Casa de 41 cadeiras. O número, até o fechamento desta edição na última sexta-feira (6), ainda pode aumentar.

O MDB tem a maior bancada da próxima legislatura, com sete deputados, e reelegeu o governador Daniel Vilela. Isso ajuda a explicar por que Issy entrou na disputa em posição favorável. A vantagem que ele abriu, porém, veio de fora do partido. Reuniu os três eleitos do Mobiliza, obteve o apoio dos tucanos Gustavo Sebba e José Machado e atraiu o presidente da Câmara de Goiânia, Romário Policarpo (Cidadania).

O movimento de maior consequência ocorreu no PL. Coronel Urzêda e Marquinho do Gayer se somaram a Amauri Ribeiro no apoio a Issy. São três dos cinco deputados de uma bancada que tem entre seus integrantes um ex-presidente da Assembleia disposto a voltar ao cargo. Urzêda deu uma razão concreta para a escolha. Disse que Issy ofereceu aos novatos a oportunidade de contar com estrutura de trabalho semelhante à dos reeleitos. É a mesma tese que levou William Panda, recém-eleito pelo Podemos, a declarar seu apoio.

Lissauer Vieira mantém a candidatura. "O PL não fechou com ninguém e, quando fechar, vai fechar em bloco", afirmou. A questão para o ex-presidente é quem conduzirá esse bloco. Se prevalecer a posição já anunciada por três dos cinco, a unidade que Lissauer reivindica poderá favorecer justamente o adversário.

Entre os governistas, o líder do governo, Talles Barreto (União Brasil), condicionou sua candidatura a uma conversa com Daniel e com o ex-governador Ronaldo Caiado (PSD). Virmondes Cruvinel (União Brasil) articula com outros cinco deputados a escolha de um nome comum. Enquanto o grupo discute quem pode representá-lo, Issy negocia com quem vai votar.

Em entrevista à Tribuna do Planalto *(leia as páginas 3 e 4)*, Issy destaca que pretende chegar à eleição de 1º de fevereiro com uma chapa única. Na avaliação do emedebista, levar a disputa ao plenário poderia deixar divisões na Assembleia mesmo depois de definida a presidência. "A disputa seria muito ruim, poderia gerar algumas sequelas insanáveis, no decorrer do mandato", afirmou. A maioria que reuniu até aqui lhe dá margem para negociar com quem ainda pretende enfrentá-lo.

A esta coluna, o deputado estadual Dr. George Morais (MDB) chamou a candidatura do correligionário de "praticamente irreversível". Issy foi mais cauteloso. Tem maioria na lista de novembro e até fevereiro para mantê-la. Aos adversários cabe a tarefa mais difícil: convencer deputados que já anunciaram uma escolha a mudar de lado.

A estrada até a escola

Em Anápolis, chegou à Câmara nesta semana uma cobrança ao prefeito Márcio Corrêa (PL) sobre o transporte escolar na zona rural. O requerimento aponta as condições das estradas sem pavimentação e pede providências para que os alunos consigam chegar às aulas.

Rio Verde ganha prazo e cobrança

Rio Verde prorrogou até 18 de novembro a chamada escolar para novos alunos da rede municipal. A prefeitura também abriu edital específico para o primeiro ano da escola de tempo integral Professora Marly Moraes Martins. O levantamento dará ao prefeito Wellington Carrijo uma medida da procura por bairro. É esse mapa que permitirá aos vereadores cobrar vagas onde as famílias de fato precisam delas.

A segunda-feira das emendas

Começa na segunda-feira (9) o prazo para os deputados apresentarem emendas ao Orçamento de Goiás. São R$ 54,3 bilhões previstos para 2027, primeiro exercício planejado integralmente fora do Regime de Recuperação Fiscal e sob as regras do Propag. Os parlamentares têm até o dia 27. Para os prefeitos do interior, a semana interessa por uma razão prática: é quando demandas levadas aos deputados podem ganhar endereço e valor na proposta estadual.

Meio bilhão por mês

Uma cifra apresentada pela secretária da Economia, Renata Lacerda Noleto, ajuda a entender a resistência do Estado a mudanças na arrecadação previdenciária. Segundo ela, o Tesouro goiano aporta mais de R$ 500 milhões por mês para cobrir o déficit do sistema. A secretária aceitou fazer estudos e levar a discussão ao governador Daniel Vilela (MDB). É desse compromisso que os interessados poderão cobrar andamento.

O sétimo mandato de Zé Mário

Os sindicatos rurais reconduziram José Mário Schreiner à presidência da Faeg. Candidato único, o ex-deputado federal recebeu 105 votos entre 115 representantes aptos a votar e chega ao sétimo mandato. O resultado tem leitura política. Depois de coordenar a campanha de Daniel Vilela, Schreiner continua à frente da entidade que leva as demandas dos produtores rurais ao governo estadual.

A lista de José Eliton

O ex-governador José Eliton já colocou três nomes na conversa sobre a reorganização da oposição em Goiás: Adriana Accorsi, Aava Santiago e Edward Madureira. A este colunista, defendeu que o campo de centro-esquerda comece a se organizar antes das municipais de 2028. Os três foram citados por Eliton.
O que dará outra dimensão à proposta será ouvir deles se há disposição para sentar à mesma mesa.

Sebba delimita a posição do PSDB

Felipe Cecílio, que disputou uma vaga de deputado federal pelo PSDB em Goiás, ofereceu R$ 2 milhões a quem comprovasse uma suposta fraude nas urnas eletrônicas. A oferta levou Matheus Ribeiro, ex-presidente da sigla em Goiânia, a criticar o partido por dar espaço a Cecílio. Em nota a esta coluna, o deputado estadual Gustavo Sebba, presidente do PSDB goiano, reafirmou que Cecílio falava por conta própria. "O partido reconheceu o resultado das urnas. Essa é a posição oficial do partido."

Entrevista

Issy Quinan
Deputado estadual (MDB)

"O clima de já ganhou não existe"

Cotado para presidir a Alego, deputado defende chapa de consenso, reconhece concorrência e diz que escolha do sucessor de Bruno Peixoto cabe à Assembleia



A eleição para a presidência da Assembleia Legislativa de Goiás em 2027 já movimenta os bastidores da política estadual. Cotado para assumir o comando da Casa, o deputado Issy Quinan (MDB) defende a construção de uma chapa de consenso e afirma que ainda há espaço para diálogo com os demais postulantes. Em entrevista à Tribuna do Planalto, ele fala sobre a disputa com Virmondes Cruvinel e Lissauer Vieira, a influência política do governador Daniel Vilela nas articulações, o papel de Bruno Peixoto na sucessão e os planos para a próxima legislatura. Também comenta a relação entre o MDB e o governo estadual e defende a manutenção da possibilidade de reeleição para a presidência da Alego.

» Domingos Ketelbey
e Andréia Bahia

O assunto do momento são as articulações para a eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. O senhor aparece como um dos principais postulantes ao cargo. Já se considera candidato à presidência? Como estão essas articulações?

Eu entendo que o processo vai se maturando na medida em que os meses avançam. Eu não digo que estamos em fase inicial, já ultrapassamos um pouco esse patamar, mas ainda existe muito caminho a ser percorrido. E o diálogo, a simplicidade, a serenidade, a sobriedade, o respeito a todos que estão envolvidos neste processo são ingredientes fundamentais para você atingir a fórmula necessária que resulte na obtenção desse objetivo de buscar o consenso, que eu acho que é o caminho mais viável para projetar a Casa num nível de harmonia, num nível de entendimento pleno e, evidentemente, fazer com que os trabalhos legislativos ocorram da maneira mais eficaz que a população espera que isso aconteça. E essa é a responsabilidade de todos nós parlamentares, que exerceremos a função na próxima legislatura. Eu entendo que esse processo caminha nessa direção. Ainda resta muito tempo para exaurir a capacidade de todos nós em termos de diálogo e de compreensão em relação ao momento que está sendo vivido por parte da Assembleia Legislativa, mas, sobretudo, pela próxima legislatura, que assumirá as funções em primeiro de fevereiro de 2027.

O senhor já teria o apoio de 22 deputados. O que falta para sacramentar a candidatura em fevereiro?

A eleição não é só em fevereiro; daqui até lá, tem muita coisa para acontecer. É preciso humildade, parcimônia. É preciso compreender com muita clareza que existem outros nomes qualificados e que têm total capacidade de liderar a Casa Legislativa a partir do próximo ano. Todos nós temos que fazer o nosso papel de dialogar entre as partes e procurar fazer o convencimento necessário de que o nosso projeto de fato tem viabilidade e é um projeto que só será bem-sucedido caso conte com a maioria esmagadora de apoio em relação aos parlamentares que exercerão os cargos na legislatura vindoura. Soberba não combina com o ambiente político. O clima de já ganhou não existe. É necessário que a humildade seja a tônica fundamental no comportamento de todos nós que aspiramos presidir a Assembleia Legislativa. A condução do poder precisa, fundamentalmente, contar com a participação, com a presença e com o apoio da grande maioria dos parlamentares. E esse apoio vai se formatando à medida que as arestas se aparam, na medida em que o convencimento é também introjetado em relação a todos os postulantes. E eu vou sempre caminhar com essa mesma perspectiva, dialogando, conversando, entendendo as necessidades, as projeções que cada um estabeleceu para o seu mandato e procurando ser solidário e compreensível no que diz respeito aos espaços que cada um quer preencher a partir do próximo ano.

> **O presidente tem que agir como magistrado, com isenção no tratamento aos deputados**

O deputado George Moraes projeta a eleição do senhor sem adversários, chapa única. Como o senhor recebe declaração de aliados que já dão conta dessa vitória?

Não existe nada relacionado a qualquer perspectiva de vitória. Esse é um desejo nosso, não somente do deputado George, como meu, como dos demais integrantes da Assembleia que apoiam nosso projeto. Que estejamos, no dia primeiro de fevereiro, todos unidos em uma chapa pelo bem do poder e, principalmente, das pautas que serão tratadas por todos e que melhoram a vida da população do Estado. Esse é o cenário que estamos buscando e que julgamos mais conveniente e fundamental para pacificar a Casa. A disputa seria muito ruim, poderia gerar algumas sequelas insanáveis no decorrer do mandato. Nenhum de nós deseja que isso aconteça e por isso é que temos que ter a sabedoria necessária para buscar esse entendimento comum e fazermos com que, no dia 1º, a Casa esteja unificada em torno de um nome só.

Um deputado da base, Virmondes Cruvinel (União), e Lissauer Vieira, do PL, também têm articulado para presidir a Assembleia. O senhor tem conversado com eles sobre a unificação da chapa?

Em primeiro lugar, quero deixar claro que ambos os nomes e outros tantos que se colocaram como alternativas para presidir a Casa no próximo biênio são avalizados, qualificados, carregam consigo o traquejo necessário e já foram experimentados em outras oportunidades e bem-sucedidos no desempenho das funções que cada um ocupou. Eles estão absolutamente no direito de postular essa perspectiva de presidir a Assembleia Legislativa e todos têm o meu respeito. E é claro que nós iremos buscar esse entendimento com todos. Eu não vejo ambiente na Assembleia que seja aprazível para aqueles que buscam aqui se digladiar e dividir a Casa. A Assembleia é de todos os deputados. É preciso buscar a convergência em relação a todos. Essa é a minha perspectiva de trabalho. Eu também entendo que seja esse mesmo sentimento que existe em relação a todos esses outros que aspiram presidir o Poder Legislativo.

O que está envolvido nessas negociações? O que o senhor oferece aos deputados que pode diferenciar na disputa entre esses outros nomes que estão também postulando o cargo?

Eu não diria que existe um diferencial da minha parte. Eu entendo que precisamos compreender o momento em que a Assembleia vive. Eu julgo que é imprescindível para aquele que for presidir a Assembleia neste próximo biênio tratar todos de maneira equânime, gerar as perspectivas necessárias para que todos os deputados possam exercer na plenitude os mandatos que democraticamente alcançaram nas eleições de 2026. O presidente tem que agir como magistrado, tem que ter a isenção em relação ao tratamento que é dispensado a todos que estarão integrando o Poder Legislativo. Eu não tenho dúvida de que tenho a capacidade necessária de buscar essa unificação plena para fazer com que a Assembleia Legislativa resgate os compromissos que possua em relação às necessidades que emanam da população que cada um de nós representa.

> **A disputa seria muito ruim e poderia gerar sequelas insanáveis.**

O governador Daniel Vilela provavelmente terá preferência por um candidato filiado ao MDB. O senhor tem o apoio dele para levar a candidatura adiante?

Esse cenário não existe. O governador manifestou que deseja que um parlamentar da sua base de apoio na Assembleia presida o Poder. Entretanto, essa decisão compete à Assembleia Legislativa tomar. Ele tem sido e é muito respeitoso em relação à autonomia do Poder e nós certamente teremos o juízo, o amadurecimento e o discernimento para tomarmos a melhor decisão em termos de gerar boas perspectivas para a condução dos trabalhos legislativos nesses próximos anos.

O desejo do governador de que o presidente seja da base pesa nas articulações e é um movimento favorável, tanto ao senhor como aos outros parlamentares que pertencem à base dele.

É natural que isso ocorra. Eu fui prefeito duas vezes e a minha torcida em relação à eleição na Mesa Diretora da Câmara Municipal da minha cidade era para que um aliado se sagrasse vitorioso, porque com ele você tem sintonia, você tem uma convergência muito mais afinada e, da parte do governador, eu tenho certeza de que o entendimento é esse também. Todo chefe de Poder que deseja fazer um governo bem-sucedido quer ter trabalhando ao seu lado pessoas que tenham o mesmo entendimento em relação àquilo que você busca de ganhos e de objetivos a serem alcançados para o projeto de governo que você lidera.

Dá para ter essa sintonia e também independência estando na base?

É claro que dá. Não há problema nenhum em relação a isso. Os poderes são independentes e é natural que essa independência seja praticada por parte de todos aqueles que chefiam os mais variados poderes. Entretanto, quando há pessoas que ocupam o mesmo espectro político, é muito mais fácil que as convergências necessárias para buscar os objetivos que estão traçados na meta governamental que cada um desempenha também sejam mais viáveis do ponto de vista de buscar esse entendimento.

O presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto, tem participado das negociações? Qual a influência na escolha do sucessor?

Bruno é um ator importante dentro desse processo. Ele está encerrando o seu quarto mandato como deputado estadual, seu segundo mandato como presidente da Casa. Tem muita experiência, tem muita qualificação em termos de convivência com os parlamentares e, obviamente, a sua opinião é uma opinião de peso.

Caso eleito, o senhor pretende manter o modelo de gestão do Bruno ou pretende promover mudanças na administração e funcionamento da Casa?

Aquilo que foi bem-sucedido, que está funcionando bem, tem que ser mantido. Se ocorrer a necessidade de promover ajustes pontuais para melhorar ainda o serviço que a Assembleia Legislativa presta à sociedade, também vamos fazer. Não adianta ninguém tentar ser idêntico ou seguir a mesma linha de qualquer um que tenha presidido a Assembleia. Cada um tem suas características, tem as suas peculiaridades, tem a sua personalidade e é assim que a vida vai avançando, não somente aqui na Assembleia, mas no Governo do Estado, no Tribunal de Justiça, nos mais variados órgãos auxiliares. Essa é a capacidade de discernimento que cada um de nós precisa ter para continuar acertando em relação àquilo que foi bom e, eventualmente, fazer as mudanças necessárias para melhorar uma ou outra engrenagem que não está funcionando devidamente.

O senhor se posicionou contrário a uma PEC em tramitação na Assembleia que dá fim à possibilidade de eleição à presidência. Por que essa posição?

Por uma questão de coerência. Nos últimos anos, os parlamentares que presidiram o Poder tiveram a oportunidade de serem reeleitos. Existe reeleição nas câmaras municipais, nas prefeituras municipais, nos governos de Estado, na Presidência da República e por que não pode haver na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás? Caso o presidente esteja fazendo um bom trabalho, cumprindo rigorosamente o seu papel enquanto chefe de Poder, por que não pode a ele ser dado o direito de ser eleito? Essa é uma manifestação que ocorrerá por parte dos parlamentares no momento oportuno. Essa história de discutir reeleição antes da eleição ter acontecido é absolutamente extemporânea.

Haveria um acordo para o candidato eleito presidir por dois anos e um outro nome, numa espécie de eleição antecipada, presidir os outros dois anos, o que definiria uma alternância de poder dentro do próximo quadriênio?

Conhece a história do Garrincha com o Vicente Feola na Copa de 1958? Vicente Feola era o treinador da seleção brasileira e deu uma orientação para o Garrincha que ele fosse à linha de fundo e driblasse dois ou três marcadores, centrasse a bola para a grande área para o Vavá, que era o centroavante, fazer o gol. O Garrincha, com muita simplicidade, disse ao Feola o seguinte: "Professor, o senhor já combinou com os russos?" Não há como fazer um acordo dessa natureza sem combinar com os protagonistas do processo, que são os deputados. Eu não seria soberbo ao ponto de definir a vida da Assembleia Legislativa sabendo que existem outros 39 deputados, além desse com quem eu estaria fazendo o acordo que você está dizendo, para tomar essa decisão. Essa decisão não é minha e não é de outro parlamentar. É uma decisão da Assembleia Legislativa e ela será tomada em momento oportuno.

Daniel Vilela foi o único governador do MDB eleito no Brasil, e isso naturalmente fortalece o MDB em Goiás. Eu queria saber qual sua perspectiva em relação ao partido? O MDB de Goiás passa a ser visto como uma referência para o Brasil?

O MDB goiano sempre foi referência em nível de Brasil, haja vista que, em um determinado instante, D. Iris foi candidata a vice-presidente da República na chapa liderada por Orestes Quércia. O partido sempre teve muita capilaridade aqui no estado, sempre elegeu vários deputados estaduais, federais, prefeitos e governadores. A nossa convicção é que o MDB segue prosperando, hoje sob o comando do governador Daniel Vilela, e a nossa meta é ampliar os quadros do partido em termos de posições que continuarão sendo assumidas, sobretudo nas eleições de 2028. Eu tenho certeza clara de que o MDB goiano continuará como um dos principais atores em todo o território nacional.

Daniel vai ter condições de imprimir uma identidade emedebista na gestão ou vamos continuar vendo resquícios da gestão do ex-governador Ronaldo Caiado?

O governador Ronaldo Caiado deixou marcas profundas enquanto governador. Existem ações que se perenizarão pelos anos que vão vir pela frente. Mas o Daniel tem a personalidade dele, tem o seu comportamento, tem o seu jeito particular de agir. Não tenho dúvida de que, na medida em que os anos forem se passando, ele também imprimirá fortes marcas na gestão que seguirá liderando a partir de 2027.

Se eleito, quais serão suas principais prioridades?

As prioridades dizem respeito ao processo legislativo, aquilo que é primordial em relação à conduta dos deputados. Fazer com que as leis sejam votadas com muita celeridade, cada vez mais aproximar a população da Assembleia Legislativa e ter sintonia com aquilo que diz respeito à prioridade de vida do cidadão, sobretudo daquele que mora no interior do estado de Goiás, em termos dos projetos que se transformarão em leis, e essas leis, evidentemente, servirão para ajudar a vida do povo a melhorar.

A Alego, ao longo desses últimos anos, sofreu críticas com relação ao alto número de comissionados. Como é que o senhor vê essa questão?

Isso não me incomoda com toda a sinceridade, porque o presidente Bruno Peixoto vai entregar uma gestão que foi amplamente aprovada do ponto de vista da transparência. Obtivemos o selo Diamante. O presidente Bruno Peixoto também entrega uma gestão que fez as maiores devoluções de duodécimo ao longo da história do nosso estado para o caixa do Tesouro Estadual. A estrutura de pessoal foi ampliada; entretanto, outras economias foram feitas, e isso possibilitou que o Poder Legislativo do Estado tivesse eficiência nos trabalhos que estão sob a sua responsabilidade e também produzisse economias que estão sendo dirigidas aos cofres públicos estaduais. Esse dinheiro vai florescer na medida em que será aplicado para construir importantes obras que beneficiarão milhões de goianos.

> **Não há como fazer um acordo sem combinar com os protagonistas do processo.**



Economia e política

Os desafios fiscais e de renda

no quarto mandato de Lula

Promessas incluem manutenção de programas sociais, redução da jornada e investimentos; especialistas apontam produtividade e equilíbrio das contas como condições para sustentá-las

» Carlos Nathan Sampaio

Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito e iniciará, em 5 de janeiro de 2027, seu quarto mandato na Presidência, com duração de quatro anos. O resultado foi confirmado pelo Tribunal Superior Eleitoral e a posse ocorrerá na data prevista para quem foi eleito em outubro de 2026. Sua agenda combina equilíbrio fiscal, políticas sociais e investimentos. O desafio será conciliar essas frentes com desaceleração, juros elevados, inflação e endividamento das famílias.

As diretrizes incluem manter o arcabouço fiscal e buscar superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto em 2027, preservar Bolsa Família e Gás do Povo, valorizar o salário mínimo e isentar do Imposto de Renda quem recebe até R$ 5 mil. Na área do trabalho, propõem jornada semanal de 40 horas, fim da escala 6x1 até 2027 e regulamentação do trabalho por aplicativos, com proteção previdenciária a autônomos. O conjunto também busca preservar benefícios e ampliar a renda, sem detalhar, nas diretrizes reunidas, como cada compromisso será financiado.

Também estão previstas a continuidade da Nova Indústria Brasil e do Novo PAC, com investimentos em infraestrutura, ciência, tecnologia e inovação; a expansão do Minha Casa, Minha Vida, do crédito rural e do Plano Safra; e medidas para fontes renováveis, economia verde e mercado de carbono. As propostas incluem o mercado regulado de carbono e a continuidade de linhas de crédito com participação pública. A execução dependerá de recursos e prioridades.

A contadora Sucena Hummel considera possível sustentar a combinação de gastos sociais, investimentos e meta fiscal, mas aponta que será necessário mexer na composição do orçamento. Ela cita a previsão de superávit de R$ 73,2 bilhões em 2027 e alerta para gargalos na execução, entre eles o que chama de "Pacotão Eleitoral" e o otimismo das projeções macroeconômicas. Para conter a pressão sobre os juros, defende revisão de despesas, combate a fraudes em benefícios, limites a reajustes do funcionalismo e controle de supersalários e emendas parlamentares.

Na arrecadação, Sucena propõe compensar renúncias fiscais e depender menos da criação de tributos, apostando no crescimento e no crédito privado. Também aponta disputas entre Executivo e Legislativo sobre emendas e mecanismos para congelar despesas. A contadora menciona ainda a discussão sobre as alíquotas do Imposto Seletivo na regulamentação tributária. São decisões que podem alterar tanto a margem de ajuste do governo quanto a relação com o Congresso. Fábio Murad, economista e sócio-diretor da Wiser Avaliações, concorda que o equilíbrio fiscal é condição para juros menores, mas ressalta o custo de elevar impostos. "O caminho deveria ser controlar despesas obrigatórias, melhorar a eficiência dos gastos públicos e atrair investimentos privados", afirma. Para ele, responsabilidade fiscal e políticas sociais podem coexistir, desde que haja credibilidade para financiá-las no longo prazo.

As medidas de renda podem afetar consumo e custos. A isenção do IR e a valorização do mínimo ampliam a renda disponível, enquanto a jornada menor altera despesas e organização das empresas. Sucena avalia que as iniciativas têm potencial para movimentar a economia, mas condiciona seus resultados à capacidade de absorção dos empregadores e a ganhos de produtividade. Sem esse avanço, diz, o estímulo à demanda pode se converter em pressão inflacionária e elevar custos de produção.

Fábio apresenta avaliação semelhante e destaca riscos para empresas menores. "Caso contrário, podem pressionar a inflação e os custos das empresas", afirma sobre a necessidade de atrelar a expansão da renda à produtividade. A redução da jornada, em particular, exige cautela para que não prejudique pequenos negócios nem a geração de empregos. Para ambos, a renda pode impulsionar o consumo, mas seu efeito duradouro depende da produção e da capacidade empresarial de absorver mudanças sem repassar custos ou reduzir contratações.

Nos investimentos, os entrevistados veem potencial na indústria, infraestrutura e crédito produtivo, desde que haja critérios para o uso do dinheiro público. Sucena vê na Nova Indústria Brasil uma oportunidade de modernização tecnológica e no Novo PAC uma forma de reduzir gargalos logísticos. Também considera relevante o crédito agrícola quando direcionado à tecnologia e à eficiência. Ela defende avaliar produtividade, viabilidade econômica, retorno social, sustentabilidade e transparência, e afirma que o êxito deve ser medido pelo que os investimentos entregam, não pelo volume anunciado.

Fábio dá prioridade à infraestrutura, sobretudo em logística, energia e transporte, e considera importantes a modernização industrial e o crédito agrícola se houver inovação e eficiência. Para ele, recursos públicos devem apoiar projetos com retorno econômico demonstrável, sem manter setores dependentes de subsídios. Ambos defendem metas de produtividade e competitividade. Sucena acrescenta retorno social e empregos qualificados; Murad enfatiza capital privado e menor dependência do Estado.

Diante da desaceleração, do crédito caro e das dívidas familiares, Sucena prioriza responsabilidade fiscal, redução do endividamento e produtividade. Para avaliar os resultados, propõe acompanhar o emprego formal, renda real, inflação, produtividade e sustentabilidade da dívida pública, além do PIB. Murad também coloca a confiança fiscal e o investimento produtivo no centro das prioridades e alerta que ampliar crédito, por si só, não resolve o problema das famílias. Entre os indicadores que sugere estão a dívida em relação ao PIB, inflação, juros reais, investimento, produtividade, emprego formal e inadimplência.

As respostas convergem: as promessas serão avaliadas pelo impacto social e pela capacidade de sustentar crescimento sem desequilíbrio fiscal ou inflação persistente. O governo terá de definir despesas prioritárias, fontes de financiamento e investimentos com resultados mensuráveis. Para os especialistas, renda, infraestrutura e programas sociais podem apoiar a atividade se vierem acompanhados de produtividade, eficiência e previsibilidade fiscal. O desempenho dependerá das decisões do governo e do Congresso.

Foto: Ricardo Stuckert / PR



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Cerimônia de Entregas Simultâneas do Governo Federal para Moradia, Saúde e Educação, no Palácio do Planalto, Brasília-DF.

> **O caminho deveria ser controlar despesas obrigatórias, melhorar a eficiência dos gastos públicos e atrair investimentos privados**
>
> ***Fábio Murad,*** *economista e sócio-diretor da Wiser Avaliações*

Reforma administrativa

Daniel Vilela prepara criação de novas secretarias

e mudanças no primeiro escalão

Governador articula reestruturação para o próximo mandato, avalia fortalecer a Casa Civil e negocia espaços com aliados políticos

» Domingos Ketelbey



O governador Daniel Vilela (MDB) prepara uma reforma administrativa para o próximo mandato, com previsão de criação de secretarias, redistribuição de atribuições entre órgãos estaduais e mudanças na composição do primeiro escalão. A reorganização deverá avançar nas próximas semanas e envolve tanto a estrutura de funcionamento do Executivo quanto a acomodação de aliados políticos após as eleições de 2026.

Entre as principais alterações em discussão estão a criação das secretarias de Minas e Energia e da Mulher, o fortalecimento da Casa Civil e a possível extinção ou transformação da Secretaria da Retomada. O governador também avalia ampliar as competências da Cultura e transferir atribuições de algumas pastas para autarquias e empresas públicas.

A proposta ainda não foi formalizada, mas a expectativa apontada por interlocutores do governo ouvidos pela Tribuna do Planalto é de que o projeto seja encaminhado à Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) ainda neste ano.

A reforma representa uma oportunidade para Daniel estabelecer uma estrutura administrativa própria, após assumir o governo em abril e conquistar a reeleição em outubro. Ao mesmo tempo, o emedebista pretende preservar políticas e integrantes da equipe herdada do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD).

Casa Civil deve recuperar protagonismo político

Uma das principais mudanças em estudo envolve a Secretaria da Casa Civil, que poderá voltar a concentrar parte das atribuições políticas e institucionais exercidas pela Secretaria-Geral de Governo durante os oito anos da administração de Caiado.

A intenção é ampliar a participação da Casa Civil na articulação interna do Executivo e na relação institucional com outros Poderes. A mudança exigirá uma redefinição das competências das duas estruturas.

O atual secretário da Casa Civil, Bruno Belém, aparece entre os nomes com possibilidade de permanência. Já Gean Carvalho, titular da Secretaria-Geral de Governo, também é apontado como integrante que deverá continuar na equipe, embora suas futuras atribuições ainda estejam em discussão.

Nos bastidores, há especulações sobre a possibilidade de criação de uma estrutura com competências ampliadas para acomodar Gean.

Minas e Energia e Secretaria da Mulher estão entre as novidades

A criação de uma Secretaria de Minas e Energia é uma das principais propostas da reforma. A nova pasta deverá concentrar políticas relacionadas ao setor mineral e energético, com atenção especial ao potencial de exploração de terras raras em Goiás.

O ex-deputado federal Vilmar Rocha aparece entre os nomes considerados para comandar a estrutura. Outro nome mencionado nas articulações é o do ex-secretário-geral de Governo Adriano da Rocha Lima, que também poderá retornar à área de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A criação da Secretaria da Mulher, compromisso assumido por Daniel durante a campanha eleitoral, também está prevista nas discussões. A nova estrutura deverá absorver atribuições atualmente vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Social, especialmente na formulação de políticas de proteção às mulheres e enfrentamento à violência.

A procuradora do Estado Valentina Jungmann, que já atua na estrutura estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres, é apontada como possível titular.

A reorganização da área social também poderá abrir espaço para indicações políticas vinculadas à senadora eleita Gracinha Caiado (União Brasil). O atual secretário de Desenvolvimento Social, Wellington Matos, está entre os integrantes cuja permanência é considerada incerta.

Retomada pode ser extinta e Cultura ganhar novas atribuições

Criada no contexto da pandemia de Covid-19, a Secretaria da Retomada poderá ser extinta ou transformada em outra estrutura administrativa.

A avaliação discutida nos bastidores é de que parte das funções originalmente atribuídas à pasta poderá ser incorporada por outros órgãos do governo.

Em sentido contrário, a Secretaria de Cultura deverá ampliar suas responsabilidades. Entre as transferências em estudo está a Escola do Futuro de Goiás em Artes Basileu França, atualmente vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. A mudança também envolveria a Orquestra Filarmônica de Goiás e a Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás.

O Instituto de Educação em Artes Professor Gustav Ritter, hoje ligado à Secretaria de Educação, também poderá passar para a Cultura.

A secretária Yara Nunes aparece entre os nomes com possibilidade de permanência, mas o ex-titular da Cultura em Goiânia, Kleber Adorno, aliado histórico do ex-prefeito Iris Rezende Machado, também é mencionado nas articulações pela pasta.

Outra frente da reforma prevê transferir parte das atribuições operacionais de secretarias para autarquias e empresas estaduais, com o argumento de reduzir etapas burocráticas e dar maior agilidade à execução de projetos. Uma das áreas que poderá passar por esse processo é a Secretaria de Indústria e Comércio, em sua relação com a Invest Goiás.

Segurança, Economia e Saúde podem preservar atuais titulares

Apesar das mudanças previstas, Daniel sinaliza a intenção de manter parte da equipe responsável por áreas estratégicas da administração estadual. O coronel Renato Brum, secretário de Segurança Pública, e Renata Lacerda Noleto, titular da Economia, aparecem entre os nomes com maiores possibilidades de permanência.

Na Saúde, Rasível dos Reis também poderá continuar, especialmente durante a transição do Hospital Estadual de Urgências de Goiás (HUGO) para uma nova unidade.

A mudança de endereço do hospital e a previsão de utilização da estrutura atual para implantação do Hospital da Mulher estão entre os projetos prioritários do próximo mandato.

A permanência de Rasível, entretanto, não é considerada definitiva. Outros nomes são mencionados nas articulações, entre eles Amanda Melo, Santos Limongi e os deputados Jamil Calife (PP) e Paulo do Vale (PSD).

Na Educação, uma mudança já anunciada é a substituição de Fátima Gavioli por José Frederico Lyra Neto, que deixa a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação para assumir a pasta.

Saneago, Goinfra e secretarias entram nas negociações políticas

A reforma também envolve a distribuição de espaços entre integrantes do MDB e partidos aliados. A presidência da Saneago é um dos cargos mais disputados. O ex-secretário municipal Agenor Mariano, próximo de Daniel Vilela, aparece entre os cotados para comandar a companhia. Ele também é lembrado para a Secretaria de Administração.

Outros nomes mencionados para a estatal são Bruno Magalhães D'Abadia, atual presidente do Ipasgo, e o ex-deputado federal Pedro Chaves.

Na infraestrutura, José Mário Schreiner é citado como possível integrante do governo, seja em uma secretaria, seja na presidência da Goinfra. A atual presidente da agência, Eliane Simonini Baltazar, também poderá permanecer. As negociações alcançam grupos políticos do interior.

Em Anápolis, aliados do prefeito Márcio Corrêa (PL) buscam ampliar a participação na estrutura estadual. A Secretaria de Indústria e Comércio aparece entre os espaços mencionados.

Já o grupo político de Rio Verde, que reúne o prefeito Wellington Carrijo e os deputados eleitos Paulo do Vale e Lucas do Vale, também deverá participar das negociações por cargos no primeiro escalão.

O vice-governador eleito Luiz do Carmo (PSD) é outro interessado na composição administrativa. Entre os espaços mencionados para indicações de seu grupo estão a GoiásFomento, a Emater e a futura Secretaria de Minas e Energia.Na Secretaria do Entorno do Distrito Federal, a deputada federal Lêda Borges (Republicanos) e o ex-prefeito de Valparaíso de Goiás Pábio Mossoró (MDB), ambos derrotados nas eleições, aparecem como alternativas.

Saúde

HGG celebra 1,5 mil transplantes

e avança na ampliação dos serviços especializados

Hospital é o maior centro transplantador do Centro-Oeste; unidade realiza procedimentos de rim, fígado, pâncreas e medula óssea pelo SUS

» Da Redação

O Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi (HGG) alcançou a marca de 1,5 mil transplantes realizados desde a implantação do serviço, em 2017. O resultado consolida a unidade como o maior centro transplantador da Região Centro-Oeste e demonstra a capacidade da rede pública de saúde de Goiás na realização de procedimentos de alta complexidade. Para celebrar o marco histórico, uma solenidade será realizada nesta sexta-feira (6/11), na Unidade de Transplantes, quando também será anunciado o credenciamento de novas equipes transplantadoras de fígado e rins.

A trajetória do HGG na área de transplantes começou em 2017 com a implantação do serviço de transplante renal, responsável pela maior parte dos procedimentos realizados na unidade. Em 2018, o HGG foi habilitado para transplantes de fígado, sendo a única unidade credenciada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o estado. Em 2023, recebeu as autorizações para transplantes de pâncreas e de medula óssea, serviços que entraram em operação em 2024 e fizeram do HGG pioneiro nesses procedimentos na rede estadual.

"É um resultado que nos orgulha e que só é possível pelo trabalho dedicado dos profissionais do HGG e pela solidariedade das famílias que autorizam a doação", ressaltou o secretário de Estado da Saúde, Rasível Santos. "O HGG é hoje referência no Centro-Oeste em procedimentos de alta complexidade e prova que o SUS pode oferecer à população goiana um atendimento da mais alta qualidade, sem que o paciente precise sair do estado", acrescentou ao destacar os investimentos do Governo de Goiás em infraestrutura, tecnologia e qualificação profissional.

Para o diretor técnico do HGG, Joan Castro, o número vai além das estatísticas. "É a consolidação de um projeto que começou em 2017 e que, a cada ano, ganha mais complexidade e mais capacidade de atender a população goiana. O hospital reúne uma estrutura moderna, equipes altamente qualificadas e o compromisso de oferecer ao paciente do SUS o que há de mais avançado na medicina", finalizou.

Fotos: SES



Transplantes no HGG

O desempenho da unidade também é resultado dos investimentos realizados nos últimos anos. Em 2022, o Governo de Goiás inaugurou a nova Unidade de Transplantes do HGG. A estrutura conta com 32 leitos exclusivos, sendo 26 destinados a transplantes de rins, fígado, pâncreas e rim-pâncreas, além de seis voltados ao transplante de medula óssea.

Além da infraestrutura especializada, o hospital dispõe de equipes multiprofissionais que acompanham todas as etapas do tratamento, desde a avaliação clínica até o período pós-transplante. O modelo assistencial contribui para os resultados alcançados e para o reconhecimento da unidade como referência no Centro-Oeste em transplantes renais.

Novos avanços e homenagem

Durante a solenidade, será anunciado o credenciamento de novas equipes transplantadoras de fígado e rins. A medida busca fortalecer os serviços já oferecidos pelo hospital e ampliar a capacidade de realização de transplantes na rede pública estadual. A programação também contará com uma homenagem ao médico nefrologista Júlio César Soares Barreto, que integrou a equipe de Transplantes do HGG e faleceu aos 57 anos.



O HGG é hoje referência no Centro-Oeste em procedimentos de alta complexidade e prova que o SUS pode oferecer à população goiana

Rasível Santos,
secretário de Estado da Saúde



Unidade de Transplantes do HGG conta com estrutura especializada e equipes multiprofissionais para atender pacientes do SUS

Eleições de 2028

Goiânia deve ter disputa entre

Mabel, PL e esquerda, avalia especialista

Vitória de Daniel Vilela fortalece grupo governista, enquanto desempenho de Wilder Morais e Marconi Perillo nas urnas impõe desafios à oposição

» Arthur Oliveira



A disputa pela Prefeitura de Goiânia em 2028 já começa a ganhar contornos após as eleições de 2026. O cenário desenhado é de uma corrida fragmentada, com três campos políticos em evidência: o do prefeito Sandro Mabel (União Brasil), que deve buscar a reeleição; um candidato do PL; e uma candidatura de esquerda, ainda sem definição de liderança. A avaliação da próxima eleição, porém, deverá passar menos pela polarização ideológica e mais pelo desempenho da administração municipal.

Na análise da especialista em política Maria Eduarda Siqueira Silva, a vitória expressiva de Daniel Vilela (MDB) no primeiro turno fortalece o grupo governista e beneficia Mabel, que apoiou o governador eleito. O resultado também abre espaço para novas negociações entre as forças que integram a base estadual. A eleição de Gustavo Gayer (PL) para o Senado, por sua vez, amplia o peso político do deputado federal, mas não representa necessariamente o fortalecimento de todo o partido.

A disputa interna no PL é um dos fatores que podem influenciar a configuração da eleição municipal. Embora Gayer e o senador Wilder Morais (PL) pertençam à mesma legenda, estão em grupos políticos distintos. A derrota de Wilder para o governo estadual, especialmente pelo tamanho do resultado, enfraquece sua posição e amplia as incertezas sobre o rumo do partido em Goiás.

Outro nome que sai fragilizado é o do ex-governador Marconi Perillo (PSDB). Apontado no início da pré-campanha como principal adversário de Daniel Vilela, ele terminou a eleição para o governo em quarto lugar, atrás até mesmo do candidato do PT, Luís César Bueno. O desempenho pode dificultar a construção de alianças do PSDB para 2028, embora uma aproximação com partidos de esquerda não esteja totalmente descartada.

Gestão municipal

Apesar do peso das articulações partidárias, a avaliação da gestão de Sandro Mabel tende a ser determinante para a eleição. A especialista avalia que problemas cotidianos, como saúde, mobilidade urbana e limpeza pública, incluindo a Taxa do Lixo, devem ser os principais temas no debate eleitoral. Questões ideológicas podem aparecer para os goianienses, mas tendem a ficar em segundo plano para parte do eleitorado.

Mabel parte de uma posição favorável por já ocupar a Prefeitura e ter a possibilidade de disputar a reeleição. Essa vantagem, no entanto, dependerá da percepção dos moradores sobre os resultados da administração. Segundo a análise, pesquisas recentes indicam melhora na avaliação do prefeito, que chegou a figurar entre os gestores de capitais com pior desempenho. Se a tendência continuar, ele poderá chegar a 2028 em situação mais confortável.

Polarização

A expectativa é de que a disputa não fique restrita a dois candidatos. A presença de nomes competitivos do PL e da esquerda pode levar a uma eleição com três candidaturas relevantes. No campo governista, o presidente estadual do União Brasil, Bruno Peixoto, e Romário Policarpo (Cidadania) já demonstraram interesse em concorrer à Prefeitura, mas a avaliação é de que ambos devem priorizar o apoio à tentativa de reeleição de Mabel. A sucessão municipal de 2032 aparece como horizonte mais provável para os dois.

Bruno Peixoto foi eleito deputado federal com mais de 207 mil votos, o que representa 5,76% da votação válida. Bruno, que também é presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), teria condições de usar o próximo mandato para ampliar sua rede de alianças e preparar uma candidatura futura. Ainda assim, deverá participar das negociações políticas de 2028 e pode influenciar indiretamente a disputa.

Partido Liberal (PL)

A tendência é que o PL tenha candidato próprio em Goiânia, considerando o desempenho recente e a força da legenda no estado e na capital. A decisão, porém, também dependerá da avaliação de Mabel e da disputa interna sobre a aproximação com o grupo de Daniel Vilela (MDB). Se o partido decidir integrar a base governista, cresce a possibilidade de apoiar o prefeito. Caso permaneça na oposição, a candidatura própria ganha força.

Fred Rodrigues (PL) aparece entre os nomes possíveis. A eleição para deputado federal pôde ampliar sua capacidade de articulação em relação a 2024, quando disputou a Prefeitura sem mandato. Major Vitor Hugo e Ana Paula Rezende, ambos do PL, também são citados como alternativas dentro do partido. O desafio de Fred Rodrigues será ampliar o alcance eleitoral para além da base bolsonarista.

A influência da extrema-direita nacional, representada pelo senador Flávio Bolsonaro, deve pesar principalmente sobre a rejeição a candidaturas de esquerda, mas não garante, por si só, o sucesso dos nomes conservadores. A eleição estadual oferece um exemplo das diferenças entre alinhamento ideológico e resultado eleitoral: apesar da proximidade entre Daniel Vilela e o campo bolsonarista, Wilder Morais teve desempenho inferior ao esperado. Para a especialista, o caiadismo pode ter influência mais direta na formação das alianças locais.

Esquerda disputa liderança e estratégia

No campo progressista, a escolha da candidatura deve envolver uma disputa entre a vereadora Aava Santiago (PSB) e a deputada federal reeleita Adriana Accorsi (PT). Aava não conquistou uma vaga na Câmara dos Deputados, apesar de ter conseguido mais de 120 mil votos e ser a sétima mais votada, mas mantém espaço para crescer politicamente. Seu perfil jovem, a presença nas redes sociais e a proximidade com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) são apontados como trunfos.

Adriana, por sua vez, já disputou a Prefeitura em 2016, 2020 e 2024 e conta com experiência eleitoral e estrutura partidária. As derrotas em eleições municipais anteriores, no entanto, podem pesar na escolha de uma nova candidatura. A decisão dependerá da capacidade de cada uma de construir alianças e de convencer os partidos de que há condições de formar uma chapa competitiva. A articulação entre PT, PSB, PDT, PCdoB e PSDB também enfrenta obstáculos. A tentativa de aproximação entre a esquerda e Marconi Perillo durante a disputa estadual não avançou por receio do tucano em relação à rejeição ao campo progressista. O resultado eleitoral pode pressionar o PSDB a rever sua estratégia, mas a tendência inicial é que o partido busque alternativas de centro-direita.

Mesmo com a possibilidade de alianças, a rejeição ao PT em Goiânia deve ser um dos principais desafios de Adriana e de outras candidaturas de esquerda. A especialista ressalta, contudo, que liderar pesquisas antes da campanha não assegura vitória: o desempenho dos candidatos pode mudar ao longo do período eleitoral.

Com dois anos até a disputa municipal, o quadro ainda está sujeito a mudanças. A definição das alianças, a avaliação da gestão de Mabel e a capacidade de cada grupo de transformar força partidária em apoio eleitoral devem determinar se Goiânia terá uma disputa concentrada em três candidaturas ou um cenário ainda mais fragmentado.

Goiânia

Defesa Civil intensifica monitoramento

de áreas de risco durante período de tempestades

Equipes municipais e estaduais acompanham as condições climáticas e atuam na prevenção de ocorrências, como alagamentos, quedas de árvores e interrupções no fornecimento de energia elétrica

» Da Redação

A Prefeitura de Goiânia mantém o monitoramento das condições meteorológicas e das áreas consideradas de risco por meio do Gabinete de Crise Climática. A atuação busca antecipar possíveis ocorrências provocadas pelas chuvas e organizar a resposta das equipes municipais e estaduais a situações de risco, como alagamentos, queda de galhos de árvores e interrupções no fornecimento de energia elétrica.

A atuação é realizada de forma integrada entre a Guarda Civil Metropolitana (GCM), as secretarias municipais de Engenharia de Trânsito (SET), de Infraestrutura Urbana (Seinfra), de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos (Semasdh) e a Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg), além das equipes estaduais, do Corpo de Bombeiros e do Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas de Goiás (Cimehgo), responsável por auxiliar no acompanhamento das condições meteorológicas.

De acordo com o coordenador da Defesa Civil de Goiânia, Robledo Mendonça, o plano de prevenção e resposta a eventos climáticos estabelece três níveis de atuação: atenção, alerta e emergência. No primeiro, as equipes acompanham as informações meteorológicas e a aproximação de áreas de instabilidade.

"Quando a chuva começa a se confirmar, o município passa ao nível de alerta, com o deslocamento de equipes para pontos previamente definidos e o monitoramento das regiões de risco. No nível de emergência, a atuação pode envolver bloqueios de vias, desvios no trânsito, isolamento de áreas e orientação a motoristas e motociclistas", explica Robledo.

O monitoramento faz parte do planejamento da prefeitura para enfrentar os impactos do Super El Niño. Apresentado em outubro, o plano acompanha as condições meteorológicas, antecipa riscos e organiza a resposta a ocorrências como tempestades, alagamentos, períodos de calor intenso e baixa umidade do ar.

Orientação à população

Goiânia possui pontos críticos de alagamento, como a Marginal Botafogo e a Avenida 87. Durante as chuvas, o monitoramento é reforçado com o apoio das câmeras da SET. Em pontos como a Marginal Botafogo, foram instaladas cancelas inteligentes nos acessos ao local para impedir a entrada de veículos nas áreas de risco.

Robledo reforça que a população deve respeitar os bloqueios e evitar atravessar ruas alagadas. "Não adianta nada nós, do Gabinete de Crise, fazermos a nossa parte, colocar as equipes em campo, se o cidadão insistir em se arriscar e transitar durante a chuva ao ver um alagamento", alerta. A recomendação é procurar um local seguro e aguardar a chuva passar, além de evitar se abrigar debaixo de árvores e manter distância de postes e estruturas que possam cair.

A população pode receber avisos da Defesa Civil Estadual por SMS e WhatsApp, mediante cadastro gratuito pelo envio do CEP para o número 40199. Em situações de emergência, o Corpo de Bombeiros pode ser acionado pelo telefone 193 e a Guarda Civil Metropolitana pelo 153. Para comunicar situações de risco, como árvores com possibilidade de queda ou rachaduras em imóveis, a Defesa Civil de Goiânia disponibiliza o telefone (62) 3416-2696, no WhatsApp.

Acompanhamento em tempo real

O capitão Jonathan Soares, da Defesa Civil Estadual, explica que o acompanhamento começa com as previsões do Inmet, que abrangem todo o país. A partir delas, o Estado identifica os municípios que podem ser atingidos e encaminha alertas por SMS e WhatsApp. As informações são complementadas pelo Cimehgo, que permite identificar com mais precisão as áreas de maior possibilidade de chuva em Goiás.

"Enquanto o Inmet trabalha em nível nacional, o Cimehgo trabalha em nível estadual. Ele consegue pegar as informações daquela previsão e dar um zoom, identificando onde vai chover de forma mais intensa no estado de Goiás, por município", afirma Jonathan. O monitoramento também utiliza imagens de satélite e dados de pluviômetros instalados pela capital para acompanhar a movimentação das nuvens e verificar se as previsões podem se confirmar.

Foto: Yasmine Paiva/Secom





Prefeitura antecipa prevenção em mananciais contra impactos do El Niño

Serviços envolvem manuseio e remoção de toneladas de resíduos, entulhos, galhadas, móveis velhos abandonados, além da limpeza completa das encostas urbanas

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg), realiza durante todo o mês de novembro uma força-tarefa voltada à manutenção, desobstrução de leitos e roçagem de margens em quatro grandes cursos d'água da capital. O trabalho para preservar o ecossistema e conter riscos de alagamentos e transbordamentos se intensifica com a iminência do aumento das chuvas sob influência do fenômeno climático El Niño.

As ações preventivas acontecem nos córregos Palmito, Mingau, Anicuns e Cascavel, distribuídas por bairros de todas as regiões. As equipes atuam de forma intensiva ao longo das calhas hidráulicas e encostas urbanas, para preparar a infraestrutura drenante e suportar o volume de tempestades. Com o escoamento desobstruído de resíduos sólidos, entulhos, galhadas e mato alto, o risco de gargalos hidráulicos e seus transtornos são contidos durante os temporais.

O cronograma já se iniciou nos córregos Palmito e Mingau, nas áreas do Jardim Novo Mundo e Parque Amazônia. Na sequência, as equipes atuarão no Córrego Anicuns, onde está prevista a maior extensão dos serviços, nos bairros Goiá II, Jardim Leblon, São Francisco, Esplanada do Anicuns, São José, Vila João Vaz, Residencial Itamaracá, Vila Clemente e Vila Santa Helena. No final do mês, os trabalhos chegarão ao Córrego Cascavel em diversos trechos do Jardim América.

Os locais com histórico de retenção de sujeira recebem limpeza completa antes do auge da estação chuvosa. O trabalho in loco integra raspagem de vegetação lateral, desobstrução mecânica ou manual de canais e o recolhimento de todo o material descartado indevidamente. O descarte irregular de lixo doméstico, móveis e entulho em encostas e margens de mananciais representa o principal obstáculo para a eficiência das galerias pluviométricas e o fluxo livre dos leitos.

ESCOLA

Reeleição de Lula coloca educação diante do desafio de

transformar programas em aprendizagem

Continuidade de políticas públicas é vista como oportunidade, mas financiamento, formação de professores e redução das desigualdades estão entre as prioridades para o próximo mandato, segundo especialistas.

» Dhayane Marques

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) abre caminho para a continuidade de políticas educacionais, mas também aumenta a cobrança por resultados concretos na educação brasileira. Para o mandato de 2027 a 2030, o desafio será transformar programas já existentes em avanços efetivos na aprendizagem, reduzir desigualdades e garantir recursos para sustentar as ações anunciadas durante a campanha.

Na avaliação de Ricardo Henriques, superintendente-executivo do Instituto Unibanco, o resultado eleitoral representa uma oportunidade de fortalecer políticas públicas e ampliar as perspectivas de futuro da população. Para ele, a democracia precisa produzir mudanças concretas na vida das pessoas, e a educação ocupa lugar central nesse processo.

Henriques defende que a redução das desigualdades e a garantia de direitos estejam no centro das decisões do próximo governo. O especialista também chama atenção para a necessidade de conciliar responsabilidade fiscal e social, melhorar a qualidade do gasto público e preservar políticas voltadas à população mais vulnerável.

"Uma imprensa livre e uma sociedade civil atuante são essenciais para fiscalizar o poder, cobrar resultados e garantir que diferentes vozes participem das decisões", afirma. Na avaliação do executivo, a democracia se fortalece quando os direitos chegam à vida cotidiana, inclusive por meio de uma escola capaz de oferecer oportunidades independentemente da renda familiar, da origem ou da cor da pele.

Na educação, a continuidade de programas como o Pé-de-Meia e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada aparece entre os caminhos para manter políticas de alcance nacional. Entretanto, a permanência dessas iniciativas não elimina a necessidade de aperfeiçoamento e de mudanças estruturais.

Agenda para 2027 a 2030

Um levantamento do Todos Pela Educação, apresentado no documento Dois Movimentos, Uma Só Agenda, aponta quatro prioridades para o próximo ciclo: formação inicial de professores, recomposição das aprendizagens, reestruturação das avaliações nacionais e expansão da educação integral em tempo integral.

A análise dos planos de governo de seis candidatos à Presidência identificou que a proposta de Lula contempla duas dessas prioridades: recomposição das aprendizagens e educação integral. A formação inicial docente aparece parcialmente, enquanto a reestruturação das avaliações nacionais não foi contemplada.

O documento também destaca que o próximo governo precisará combinar a continuidade de políticas que apresentam potencial com mudanças nas áreas em que os resultados ainda são insuficientes. Entre os pontos de atenção estão a qualidade dos cursos de licenciatura e a necessidade de ampliar o apoio técnico e financeiro às redes estaduais e municipais.

Foto: Ricardo Stuckert



Reeleição de Lula mantém programas educacionais, mas financiamento, aprendizagem e educação integral até 2030 desafiam o próximo governo

Orçamento e aprendizagem

O financiamento será outro obstáculo. A expansão das bolsas estudantis prometida por Lula exigirá pelo menos R$ 7,2 bilhões adicionais no orçamento do Ministério da Educação (MEC), segundo levantamento publicado pela Folha de S.Paulo. A pressão sobre os recursos aumenta a preocupação com a manutenção de investimentos em infraestrutura, formação docente e políticas de aprendizagem.

Para o Todos Pela Educação, o fortalecimento do Pé-de-Meia precisa vir acompanhado de discussão sobre sua sustentabilidade orçamentária e sua focalização nos jovens com maior risco de abandonar os estudos. A organização alerta que a concentração de recursos em benefícios financeiros pode reduzir o espaço destinado a outras políticas estruturantes.

A articulação entre União, estados e municípios também será decisiva. Embora o governo federal tenha papel de coordenação e financiamento, a execução de grande parte das políticas depende das redes estaduais e municipais.

O novo Plano Nacional de Educação (PNE), com metas até 2036, será uma referência para esse trabalho. A próxima gestão terá papel estratégico na primeira metade de sua vigência.

Para o próximo mandato, a cobrança irá além da ampliação de programas e do anúncio de investimentos: será preciso garantir que os estudantes aprendam, permaneçam na escola e tenham oportunidades reais de desenvolvimento. Como aponta a análise do Todos Pela Educação, o avanço dependerá de políticas com qualidade, continuidade, financiamento e capacidade de execução.



Foto: Dhayane Marques

A democracia precisa entregar o que se espera dela. O lugar onde uma criança nasce, a sua cor da pele e a renda da família não podem determinar o seu futuro.

Ricardo Henriques, *superintendente-executivo do Instituto Unibanco*

Goiás mostra caminhos, mas desafios permanecem

Em Goiás, a continuidade das políticas nacionais também terá impacto direto sobre a educação pública. O estado alcançou 80% de crianças alfabetizadas na idade adequada, índice estabelecido como meta nacional para 2030, cinco anos antes do prazo. O resultado é associado ao trabalho de colaboração entre o governo estadual e os 246 municípios, por meio do programa AlfaMais Goiás.

Na educação em tempo integral, a rede estadual também ampliou a oferta. Mais de 80% das escolas estaduais já possuem estudantes atendidos nessa modalidade, segundo os dados apresentados pela Secretaria de Estado da Educação. O desafio agora é assegurar que a ampliação da jornada venha acompanhada de infraestrutura, profissionais e propostas pedagógicas capazes de melhorar a aprendizagem.

Os exemplos mostram que políticas nacionais precisam considerar as características e a capacidade de execução de cada rede. O financiamento federal, a assistência técnica e a cooperação entre os entes federativos serão fundamentais para reduzir as diferenças entre estados e municípios.

A avaliação do Todos Pela Educação aponta que a próxima gestão não precisa apenas preservar iniciativas existentes, mas aperfeiçoar sua execução e enfrentar problemas que receberam atenção insuficiente. No caso do plano de Lula, duas das quatro prioridades da organização aparecem contempladas: recomposição das aprendizagens e educação integral. A formação inicial docente é abordada parcialmente, enquanto a reestruturação das avaliações nacionais não aparece.

O resultado das eleições, portanto, encerra a disputa pelo comando do Executivo, mas abre uma nova etapa de cobrança sobre a política educacional. Para os próximos quatro anos, o principal indicador de sucesso não será apenas a quantidade de programas mantidos ou de recursos anunciados, mas a capacidade de fazer com que crianças e jovens aprendam mais, permaneçam na escola e tenham oportunidades menos desiguais de construir o próprio futuro.

Esporte



Herivelto Nunes
herivelto.nunes.57@outlook.com

Desigualdade orçamentária:
o que espera os clubes goianos na Série A

Fotos: Divulgação



Flamengo e Palmeiras, os maiores orçamentos do futebol brasileiro

Vila Nova, Goiás ou Atlético, tanto faz: qualquer clube goiano que chegar à Série A não sabe se chegará ao "paraíso ou ao inferno". A desigualdade orçamentária entre os clubes da Série A do futebol brasileiro atingiu níveis estratosféricos, consolidando uma elite financeira dominante, que não permite aos clubes medianos e aos considerados pequenos a realização de uma campanha de destaque no cenário nacional. Exemplo desse modelo orçamentário é a Chapecoense, que subiu neste ano para a elite do futebol brasileiro e já está de volta à segunda divisão do futebol brasileiro em 2027.

Com orçamento em torno de R$ 120 milhões, a Chapecoense não conseguiu competir com os grandes clubes do futebol brasileiro, com orçamentos que chegam a R$ 2 bi, no caso de Flamengo e Palmeiras. É a realidade que espera qualquer um dos goianos que conseguir o acesso para a Série A. Vão operar suas equipes com orçamentos da ordem de R$ 120 milhões. Terão o desafio de montar times competitivos e acertar nas contratações de jogadores e comissão técnica, como fez o Mirassol em 2025, que alcançou a proeza de se classificar para a Libertadores. Mas o sucesso do ano passado não se repetiu em 2026: o time está lutando para não ser rebaixado.

Abismo de receitas

Os relatórios financeiros mais recentes revelam a distância financeira real entre as potências econômicas e o restante dos clubes que disputam a Série A. Embora o faturamento total da elite do futebol brasileiro tenha alcançado a marca histórica de R$ 14,9 bilhões, a distribuição desse dinheiro é profundamente desproporcional. Apenas cinco clubes (Flamengo, Palmeiras, Botafogo, São Paulo e Fluminense) concentram 49% de toda a receita nacional. Na outra ponta da tabela financeira, equipes de menor expressão regional ou recém-promovidas operam com uma fração mínima desse montante, o que impacta diretamente o nível de investimento em contratações, infraestrutura e folhas salariais. A tabela abaixo detalha essa disparidade de faturamento:

1º – Flamengo	R$ 2.089,5 milhões
2º – Palmeiras	R$ 1.696,4 milhões
3º – Botafogo SAF	R$ 1.388,4 milhões
4º – São Paulo	R$ 1.085,4 milhões
5º – Fluminense	R$ 1.022,4 milhões
6º – Corinthians	R$ 971,1 milhões
10º – Atlético – MG SAF	R$ 669,8 milhões
14º – Bahia SAF	R$ 562,2 milhões
16º – Fortaleza SAF	R$ 303,5 milhões
20º – Mirassol	R$ 180,0 milhões

Nota-se que o Flamengo, sozinho, arrecada mais do que a soma de seis ou sete clubes da metade inferior da tabela de faturamento. A concentração de receita não ocorre por acaso. Ela é impulsionada por fatores comerciais, estruturais e pelo modelo de negócios atual. Competições de tiro curto dão enorme vantagem aos clubes que avançam até as fases finais. A participação na reformulada Copa do Mundo de Clubes da Fifa injetou mais de R$ 830 milhões, divididos exclusivamente entre Botafogo, Flamengo, Fluminense e Palmeiras. O mercado de exportação de jogadores movimentou quase R$ 4 bilhões. Clubes ricos conseguem segurar suas promessas para vendê-las por valores astronômicos, como acontece com o Palmeiras, enquanto equipes menores vendem na primeira oportunidade por valores baixos para pagar despesas imediatas. É o caso do Goiás, que está negociando o volante Lucas Rodrigues por valor inferior ao que poderia alcançar caso não enfrentasse uma enorme crise financeira.

O "saco de dinheiro", embora não entre em campo e não marque gols diretamente, contrata as peças que decidem os campeonatos. Na atual Série A, o reflexo do abismo financeiro é evidente. Flamengo e Palmeiras ocupam as duas primeiras colocações do campeonato, muito distantes dos demais participantes. As potências financeiras, com receitas superiores a R$ 1 bilhão, revezam-se constantemente nas conquistas do Brasileirão e da Copa Libertadores. Flamengo e Cruzeiro quebraram recordes investindo centenas de milhões de reais em reforços em uma única janela de transferências, enquanto times de menor expressão apostam em jogadores livres ou por empréstimo. A CBF e os próprios clubes estudam propostas de regulação econômica. A intenção não é criar um teto igualitário artificial, mas impedir que equipes gastem acima de suas receitas operacionais, gerando concorrência desleal.

Vila Nova x Goiás no Playoff, uma possibilidade que empolga o torcedor

O Vila Nova já tem vaga garantida no playoff da segunda divisão, mas luta por uma classificação direta. O Goiás vive um grande momento na competição, com ótimas chances de conquistar uma vaga entre os seis melhores da Série B, com direito a participar do playoff em busca das duas últimas vagas para a Série A de 2027. A possibilidade de um encontro entre Vila Nova e Goiás nas disputas por uma das duas vagas do mata-mata empolga os torcedores das duas equipes, principalmente os vilanovenses, já que a partida de volta, se acontecer, será no OBA.

Para que isso possa acontecer, o Goiás precisa ganhar os dois jogos que lhe restam, contra a Ponte Preta, na Serrinha, e o Sport, em Recife, e ainda torcer por um tropeço do CRB. O Vila participa do playoff se não vencer uma de suas duas partidas: contra o Criciúma, no Onésio Brasileiro Alvarenga, e o Fortaleza, na Arena Castelão. O clássico que decide uma vaga para a Série A movimenta a cidade. O Vila está nas primeiras colocações desde as primeiras rodadas. O Goiás começou mal a competição, chegou a ter totalmente descartada a possibilidade de classificação no G6, mas se recuperou na competição, está invicto nas últimas cinco partidas e vive um grande momento na Série B.



Jogadores e comissão técnica do Goiás unidos em torno do objetivo maior, mesmo com salários em atraso

Reconhecimento

Jogadores e comissão técnica do Goiás merecem todo o respeito da torcida esmeraldina e da imprensa esportiva de Goiás. O elenco convive com quatro meses de salários, premiações e direitos de imagem em atraso e, mesmo assim, continua jogando com garra, buscando as vitórias, vibrando dentro de campo e demonstrando união do grupo, ou seja, um comportamento exemplar, digno do reconhecimento de todos que militam no futebol. O time apresentou uma reação espetacular na competição, mesmo com as promessas não cumpridas da diretoria.

Enquanto os jogadores e a comissão técnica se dedicam exemplarmente em campo, a diretoria não corresponde. Foram muitas promessas de pagamento dos atrasados não cumpridas, informações inverídicas sobre a obtenção de empréstimo no mercado financeiro para regularizar os problemas financeiros do clube, que nunca se concretiza, e uma diretoria que não se pronuncia, não conversa com o elenco e parece demonstrar uma indiferença revoltante com os quatro meses de atraso no pagamento dos direitos dos jogadores e dos funcionários administrativos.

Em tempos de crise, conhecem-se as "boas almas". No Goiás, o volante Juninho e o diretor de futebol Michel Alves são os responsáveis por manter um ambiente de esperança de que dias melhores estão por vir. Juninho é o "anjo da guarda" dos administrativos e dos garotos da base, que ganham menos. Ajuda a pagar as contas em atraso daqueles que mais necessitam e tem sempre uma palavra amiga, um abraço fraterno, a presença que garante a esperança entre aqueles com maiores dificuldades. São pessoas como Juninho e Michel Alves, juntamente com o técnico Mozart Santos, que impulsionaram o Goiás a lutar por uma vaga no G6, vencendo quatro das últimas cinco partidas disputadas. Por outro lado, quem deveria estar presente ao lado do grupo de jogadores não aparece nos treinos nem nos jogos, não participa da vida do clube e faz de conta que nada está acontecendo. Estamos falando dos dirigentes, entre os quais o presidente executivo Munir Calixto Júnior e, principalmente, o presidente do Conselho Deliberativo, Paulo Rogério Pinheiro.

- A torcida organizada do Goiás esteve na última quinta-feira no Centro de Treinamento do clube para cobrar da diretoria o pagamento dos salários atrasados. Segundo os dirigentes da torcida, os jogadores estão fazendo a parte deles em campo, a torcida também está lotando a Serrinha, só a diretoria do Goiás não está cumprindo com seus compromissos.

- O torcedor vilanovense merece ver seu time na Série A. Entre os goianos na Série B, o Vila lidera em número de torcedores nos jogos da equipe no Onésio Brasileiro Alvarenga, com uma média de 8.227 torcedores por jogo.

- O Goiás pretende solicitar a liberação do volante Lucas Rodrigues, convocado mais uma vez para defender a seleção brasileira Sub-20. Na disputa direta pelo G6, a ausência do jogador seria um importante desfalque na partida decisiva contra o Sport.

- Lucas Rodrigues foi convocado para representar a seleção brasileira Sub-20 durante a Data Fifa e precisa se apresentar até segunda-feira, 9 de novembro. O Goiás vive um drama. Luquinha na seleção é uma valorização para as negociações em andamento para vender o atleta.

- Se for dispensado da convocação, Lucas Rodrigues ajuda o time nas disputas pela vaga no G6 da Série B. O Goiás não pode prescindir do jogador nesta fase tão importante para o clube na reta final da Série B.